

Contando os dias até o fim do ano

RIBAMAR OLIVEIRA

O Brasil já está em pleno jogo eleitoral. A comemoração do governo, na terça-feira passada, pela derrota do presidente Michel Temer, que viu derrubados os vetos que fez ao Refis das dívidas tributárias das micro e pequenas empresas e ao Refis das dívidas previdenciárias dos produtores rurais, é a melhor expressão do momento que vivemos.

A partir de agora, como lembrou uma autoridade com larga experiência na administração pública, os ministros que permaneceram no governo e aqueles que entraram para substituir os que concorrerão a cargo eletivo ficarão contando os dias até o fim do ano, pois não há muito o que fazer.

Na área econômica, resta apenas um projeto de lei de grande relevância para ser apreciado pelos deputados e senadores. É aquele que permite a privatização da Eletrobras, com o qual o governo espera arrecadar R\$ 12,2 bilhões e está incluído na previsão oficial de receita deste ano. As informações

disponíveis, no entanto, indicam que o projeto não será apreciado neste ano, ou, pelo menos, não antes das eleições. Dependendo de quem for eleito, o projeto poderá voltar à pauta e ser votado.

Receita do petróleo vai salvar mais uma vez a União

Resta à nova equipe econômica encaminhar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que terá que definir a maneira como será cumprida a chamada "regra de ouro" em 2019. A Constituição determina que o governo só pode aumentar o endividamento para pagar despesa de capital, ou seja, não pode fazer dívida para pagar despesas com pessoal, com a educação, saúde, custeio da máquina, etc. Esse mecanismo foi chamado de "regra de ouro".

Como o governo federal vem registrando déficits primários elevados desde 2014, a regra de ouro só está sendo cumprida com ajuda de arranjos contábeis, como

o uso dos pagamentos antecipados pelo BNDES dos empréstimos feitos no passado recente pelo Tesouro. A solução que está sendo estudada pela área econômica para cumprir a regra de ouro em 2019 é a grande surpresa que ainda irá ocorrer antes das eleições.

É possível também que o presidente Michel Temer tenha que editar medida provisória para desvincular recursos depositados na conta única do Tesouro. Esta é uma das formas encontradas pelos técnicos da área econômica para cumprir a regra de ouro neste ano. Temer deve também acabar com o Fundo Soberano do Brasil, permitir o cancelamento mais expressivo de restos a pagar e o repasse para o Tesouro das disponibilidades do extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

O governo não tem muito o que lamentar nas recentes derrotas registradas no Legislativo e no Judiciário. O Supremo Tribunal Federal (STF) não julgou a tempo a ação direta de inconstitucionalidade





(ADI) contra a medida provisória 805, que adiou o reajuste salarial dos servidores do Executivo e elevou para 14% a alíquota previdenciária dos funcionários que ganham acima do teto do INSS. A MP perderá validade no próximo dia oito.

O prejuízo com a não aprovação da MP 805 já tinha sido incorporado à programação orçamentária e financeira do governo, no início de fevereiro, por causa da liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski à ADI. Por isso, o governo deixou de considerar, em suas contas, a receita de R\$ 2,2 bilhões que seria obtida com a elevação da alíquota previdenciária e a redução de R\$ 4,4 bilhões nos gastos com o adiamento do reajuste.

A mesma coisa aconteceu com a medida provisória 806, que mudou a tributação do imposto de renda nas aplicações em fundos de investimento. A receita prevista com essa MP era de R\$ 6 bilhões. Mas como ela não foi aprovada antes do fim do ano passado, as mudanças no IR não teriam validade neste ano. Mesmo que ela fosse aprovada pelo Congresso neste ano as novas regras só seriam válidas em 2019. No início de fevereiro, a receita foi excluída da previsão oficial.

O fato que precisa ser considerado é que, nos primeiros dois meses deste ano, a receita do

governo federal foi R\$ 15,7 bilhões maior do que estava previsto na primeira programação orçamentária e financeira (decreto 9.276), mesmos com as frustrações. A programação previa uma receita total de R\$ 246,7 bilhões no primeiro bimestre deste ano e a arrecadação efetiva foi de R\$ 262,4 bilhões, de acordo com os dados do Tesouro.

A receita acima do previsto permitiu ao governo incorporar em suas contas, com sobras, a frustração pela não aprovação do projeto de lei que reonerava a folha de pagamentos de empresas de 25 setores da economia. Isso foi feito em março, quando a área econômica reduziu a sua previsão para a receita previdenciária neste ano em R\$ 7,5 bilhões. Ao mesmo tempo, elevou em R\$ 2,1 bilhões a previsão para a arrecadação da Cofins.

Se houve uma receita adicional de R\$ 15,7 bilhões no primeiro bimestre, em relação ao que estava inicialmente projetado, a questão agora é saber como vai ser a arrecadação até o fim deste ano. Na semana passada, o governo já obteve um ganho adicional expressivo com o leilão da 15ª rodada de concessão de petróleo. Ele tinha previsto uma receita de apenas R\$ 3,595 bilhões com a 15ª rodada e com a 4ª rodada de partilha de produção do pré-sal, que será realizada em junho.

Somente com a 15ª rodada, a receita obtida foi de R\$ 8 bilhões, mesmo sem leiloar os dois blocos mais promissores, que foram retirados do leilão por exigência do Tribunal de Contas da União (TCU). Agora, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, já fala em arrecadar R\$ 11 bilhões com a 15ª e 4ª rodadas.

Ontem, a ANP informou que vai propor ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que, além das áreas excluídas da 15ª rodada de licitações e da área de Saturno, que estava prevista para 4ª rodada de partilha, as áreas de Tartaruga Verde e de Pau Brasil também sejam incluídas na 5ª rodada de partilha da produção, que será realizada ainda neste ano. O governo poderá realizar ainda o leilão dos blocos da área da cessão onerosa da Petrobras.

Todas essas receitas adicionais com o petróleo serão mais do que suficientes para compensar a perda de receita com a não aprovação do projeto de lei de privatização da Eletrobras. A receita com o petróleo vai, mais uma vez, salvar as contas da União.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Governo discute meta mais ousada para 2019, mas perda de arrecadação dificulta

Por Fábio Pupo e Fabio Graner
| De Brasília

Apesar de haver discussões na equipe econômica para a fixação de uma meta fiscal mais elevada em 2019, a decisão de colocar isso na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ainda não está tomada por conta de projeções abaixo do esperado para as receitas.

Um dos fatores que levaram a isso, segundo uma fonte, é a perda de cerca de R\$ 5 bilhões decorrentes da redução prevista de 20% para 15% na alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) incidente sobre os bancos, dado que a legislação atual prevê que a atual taxa vale até o fim deste ano.

Outro fator que pesou negativamente na projeção de arrecadação é a elevação de 2%

para 3% na alíquota do Reintegra, que também deve ter impacto fiscal negativo. Os Refis das micro e pequenas empresas e do Funrural também podem ter impactos negativos na estimativa de arrecadação do próximo ano.

Nos próximos dias, novos cálculos devem ser feitos para verificar a possibilidade de se mexer ou não na meta de déficit fiscal de R\$ 139 bilhões. A ideia de se alterar o objetivo indicado para um nível mais ousado visava mostrar disposição de melhorar mais rapidamente a situação das contas públicas.

Na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias e 2019, a tendência é que haja um indicativo de que algumas despesas terão sua realização vinculada a receitas e a operações de crédito especial a serem aprovadas pelo Congresso Nacional.

Para Dyogo, "a TLP é a salvação do BNDES"

Por Ribamar Oliveira e Fabio Graner | De Brasília



Dyogo de Oliveira: "A história dos juros subsidiados no Brasil cumpriu seu papel. Daqui para frente, temos história de juro baixo da economia como um todo".

Anunciado no domingo pelo Palácio do Planalto, o **novu presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo de Oliveira**, disse em entrevista ao Valor que o banco pode ser mais efetivo e ágil do que é agora. "Eu não estou indo para lá com uma meta de tamanho do banco. Se nós avançarmos rápido, e conseguirmos estruturar bem os projetos de infraestrutura, o banco vai ser de um tamanho. Se isso não avançar, ele vai ter outro tamanho. O que é importante não é o tamanho do banco", disse.

Ele ressaltou que o BNDES não pode assumir a missão de ser o único banco que move o investimento no país e defendeu a nova Taxa de Longo Prazo (TLP) como a

"salvação" do banco. "Acho que a história dos juros subsidiados no Brasil cumpriu seu papel. Nós agora temos história daqui para frente de juro baixo da economia como um todo. E o BNDES tem principalmente capacidade de captar com juros muito baixos e repassar isso nos financiamentos que faz. Esse é o caminho do BNDES, ser um estruturador, um dinamizador do mercado e que faz o investimento aumentar, mas não necessariamente o tamanho do BNDES."

Dyogo, que ainda está formalmente no cargo de ministro do Planejamento, também comentou sobre a "regra de ouro" e defendeu o caminho previsto na Constituição, de se pedir um crédito orçamentário para cumprir a regra em 2019, embora tenha comentado que outras medidas estão em estudo. Ele afirmou que cumprirá o cronograma de devolução de R\$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional neste ano. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: O presidente Michel Temer lhe deu alguma missão especial ao convidá-lo para o BNDES?

Dyogo de Oliveira: O presidente se ressentiu do fato de as gestões anteriores no BNDES não terem sido concluídas, por questões pessoais de cada um dos que ele escolheu. Ele achou que precisava colocar alguém

que representasse uma valorização do banco. Como o BNDES está ligado ao Ministério do Planejamento, nós já acompanhamos, temos um conhecimento muito próximo do banco. Por isso, a velocidade da transição é mais rápida. Não vou dizer que ele me deu uma missão. Mas tratamos do que seriam as prioridades.

Valor: E quais seriam?

Dyogo: Primeiro, fortalecer, criar novos mecanismos de operação conjunta do BNDES com o sistema financeiro. O banco deve agir procurando desenvolver o mercado de capitais, criar instrumentos de coparticipação em financiamentos, de atuação conjunta com o mercado de capitais. Do ponto de vista de temas, nós ficamos, de início, com o desenvolvimento da inovação tecnológica, a quarta revolução industrial, que está sendo chamada de indústria 4.0. Uma visão realmente de modernização da economia brasileira para essas revoluções tecnológicas que estão acontecendo. Nesse sentido, um dos objetivos é desenvolver mecanismos para apoiar start-ups, empresas inovadoras.

Valor: Como?

Dyogo: A grande dificuldade que se tem nessas áreas é que as empresas de novas tecnologias não





têm capital inicial. Ela não tem garantias para dar. Então, não tem como se fazer um financiamento tradicional. São investimentos pequenos. Podemos criar cestas, selecionando um grupo. No conjunto, o banco vai ter resultado. Duas ou três vão prosperar, virar o Mercado Pago, o PagSeguro, uma empresa que vai valer a pena. Nisso, é preciso incluir as tecnologias ambientais, tecnologias limpas, com foco nas tecnologias de comunicação.

Valor: *O que mais é prioridade?*

Dyogo: A outra coisa é o apoio para as pequenas e médias empresas, que já foi objeto de uma linha de crédito do BNDES, criada no início do ano. Essa linha já desembolsou bastante, mas é uma iniciativa que o presidente deseja reforçar. Outra área é infraestrutura. A ideia é organizar o banco para dar um suporte mais forte nesta área, desde o desenvolvimento do projeto. O banco vai atuar na estruturação dos projetos, depois na estruturação financeira e sempre em um formato que possa ser comercializado no mercado.

Valor: *Securitizar?*

Dyogo: Uma das formas é a possibilidade de securitização, mas, de partida, pode-se prever, por exemplo, a emissão de debêntures de infraestrutura ou outro instrumento de mercado de capitais. A outra área prioritária é a de comércio exterior, onde o banco tem uma atuação tradicional. Nós vamos continuar apoiando a exportação,

principalmente de produtos manufaturados para ter uma pauta de exportação mais diversificada. Não é exatamente verdade que o Brasil é um país exportador de produtos primários. Mas é claro que nós podemos melhorar muito essa pauta e o BNDES pode ajudar muito nisso. Um quarto item que o presidente chamou a atenção é essa linha lançada recentemente para a segurança. Ele pediu para que isso tenha continuidade.

Valor: *Até que ponto essas iniciativas se coadunam com o processo de redução do tamanho do BNDES neste governo?*

Dyogo: O BNDES vai ser menor do que ele foi no auge dos empréstimos do Tesouro Nacional. Mas ele pode ser mais efetivo, mais ágil, mais flexível do que é agora. Então, ele pode ter uma atuação que produza muito mais resultado para o país, sem a necessidade de ser tão grande.

Valor: *Em relação ao nível atual, ainda haverá mais redução, ou o tamanho está adequado?*

Dyogo: Não estou indo para lá com uma meta de tamanho do banco. Se avançarmos rápido, e conseguirmos estruturar bem os projetos de infraestrutura, o banco vai ser de um tamanho. Se isso não avançar, vai ter outro. O que é importante não é o tamanho, mas como o BNDES atua, qual a efetividade dos projetos que apoia, qual o ganho para a sociedade que esses projetos trazem.

"O importante não é o tamanho, mas como o BNDES atua, qual a efetividade dos projetos que ele apoia"

Valor: *O ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho disse que o banco precisa ser muito maior pela necessidade de aumentar o investimento. O que o senhor acha?*

Dyogo: O Brasil precisa de muito mais investimentos, em infraestrutura, em novas tecnologias, em capacidade produtiva. Nós estamos momentaneamente com utilização de capacidade baixa, mas à medida que a economia se recuperar, isso será ocupado com certa rapidez. Para que o país possa crescer sem pressões inflacionárias, você precisa de investimentos, cujo nível no Brasil é historicamente baixo, particularmente em infraestrutura. Nós precisamos de mais estrutura financeira para suportar isso, o que não significa mais BNDES. O banco tem a capacidade de ser elemento de dinamização de todo esse sistema, porque ele detém capacidade financeira, conhecimento e tem toda a história. É preciso que a gente tenha uma noção das proporções: o investimento no Brasil é de aproximadamente R\$ 1 trilhão por ano, o BNDES no auge chegou a R\$ 200 bilhões, ou seja, 20% do investimento.

Valor: *Sozinho ele não resolve.*

Dyogo: O BNDES não pode assumir a missão de ser o único banco que move o investimento no país. Ao contrário, nós temos que mobilizar todos os recursos





financeiros do país pelos canais próprios. Está cheio de gente querendo investir, cheio de fontes de recursos nacionais e estrangeiros. Nos grandes fundos de investimento do exterior, todos têm Brasil na sua estratégia. É mais uma questão de organizar os projetos, dar segurança jurídica, estabelecer compartilhamento adequado dos riscos (quem assume risco de engenharia, de construção, comercial, de demanda), Estruturando essas coisas direito, os recursos vão carregar esse investimento que realmente precisa ser maior.

Valor: Houve uma reação muito forte do quadro técnico do BNDES à TLP. Como o senhor vê isso?

Dyogo: A TLP é a salvação do BNDES. Sem ela, ou usando a TJLP como era antes, o BNDES estaria confinado a seus próprios recursos. Se não tiver a TLP, você não consegue securitizar a carteira, não consegue repassar, vender, não consegue nem atrair cofinanciamento, porque o banco entra com uma taxa e o sócio entra com outra, o que dificulta a operação. A TLP vai permitir ao BNDES estruturar projeto, dinamizar e, à medida que ele performar, vender a carteira. Nada muito diferente do que muitos outros bancos fazem no mundo inteiro. Acho que a história dos juros subsidiados no Brasil cumpriu seu papel. Nós agora temos história, daqui para frente, de juro baixo da economia como um todo. E o BNDES tem principalmente capacidade de captar com juros muito baixos e repassar isso nos

financiamentos que faz.

Valor: Mas isso tem a ver com a TLP, ou com o fato de a taxa Selic estar em um nível mais normal?

Dyogo: Tem a ver com a TLP. A TJLP não é securitizável, ninguém vai comprar uma taxa que ninguém sabe como é definida. Na hora que existe uma taxa que as pessoas têm uma regra que elas podem seguir, um investidor consegue fazer hedge, tomar posição, calcular o retorno, fazer todas as simulações financeiras e, com isso, ele decide comprar um recebível atrelado à TLP, consegue comprar debênture atrelada à TLP, aí você tem acesso ao mercado.

Valor: Por que então houve tanta resistência?

Dyogo: Algumas pessoas estão ainda na tese de que o juro do BNDES tem que ser subsidiado. Se não me engano, em uma rodada de [leilões de] infraestrutura a oferta do BNDES era de 6% de juro, que hoje é a taxa básica do país. E naquela época 6% tinha um subsídio enorme. É um cenário diferente, que acho que dá para a gente trabalhar bastante, aumentar muito a atuação do banco. É por isso que não tenho preocupação com o tamanho do banco, acho que o banco precisa ampliar produtos, agilidade, parceiros.

Valor: Quais são as alternativas de recursos para o banco sem os empréstimos do Tesouro?

Dyogo: O BNDES tem que

buscar fontes externas de captação e fontes internas. O banco tem uma capacidade técnica e uma capacidade de estruturação financeira muito grande e ele sempre vai ser um elemento de ganho para as empresas. Não há necessidade de recursos do Tesouro Nacional. O problema do banco não é de recursos. O que ele precisa é realmente acelerar os seus processos internos, desenvolver novos produtos que as empresas possam utilizar rapidamente.

Valor: O senhor vai querer rediscutir a questão de devolução antecipada ao Tesouro?

Dyogo: Essa questão já foi decidida, foi aprovada a devolução. Nós vamos, simplesmente, implementar e cumprir o cronograma. Quando nós tratamos deste assunto, fizemos uma avaliação sobre a capacidade que o banco tinha de devolver os empréstimos. A conclusão foi de que sim. E o banco já aprovou isso. Então, isso não atrapalha. O problema do banco é, realmente, o de melhorar os processos e os produtos. O BNDES lançou uma linha nova para as pequenas empresas. O mais importante foi a forma de operação. O que foi mudado? Passou a ser uma consulta eletrônica, pois, basicamente, o que o BNDES tinha que ver eram critérios parametrizados. Se os itens do pedido eram enquadrados, se o valor estava em conformidade com o disponibilizado etc. Eram critérios parametrizados, mas tinha uma burocracia que demorava. Tudo ficou eletrônico. São coisas dessa natureza que nós precisamos fazer





mais lá.

Valor: *Já foram devolvidos R\$ 30 bilhões. Não dá para guardar os R\$ 100 bilhões para 2019?*

Dyogo: Não. Serão necessários os R\$ 130 bilhões para fechar este ano. Além disso, tem a devolução dos recursos do FAT, mais uns R\$ 18 bilhões. Essa do FAT, o banco não tem nem controle.

Valor: *Os R\$ 100 bilhões encerram o processo de devolução antecipada dos empréstimos?*

Dyogo: Isso vai depender de duas avaliações. A primeira é da necessidade [do Tesouro] e outra é da capacidade [do BNDES]. Não tenho nada contra o banco devolver o dinheiro do Tesouro. Mas tem que coadunar com a disponibilidade de caixa do banco e com a necessidade do Tesouro desses recursos. A nossa avaliação é que, para o ano que vem, isso não resolve o problema, não é suficiente.

"Não há necessidade de recursos do Tesouro Nacional. O problema do banco não é de recursos"

Valor: *Um dos últimos atos do ex-presidente do BNDES foi mudar a estrutura do banco. O senhor pensa em algum tipo de reestruturação administrativa?*

Dyogo: De início, pretendo voltar as pessoas para suas posições originais. O ex-presidente não tirou ninguém. Ele mudou todo mundo de

posição na diretoria. Elas vão voltar para suas posições originais, porque o banco já vai ter um presidente novo, eu vou estar demandando para cada um deles uma série de informações e, se os próprios diretores também estiverem em transição em suas áreas, o banco estará todo em transição. Acho que isso não é conveniente. Eventualmente, mais adiante, nós podemos fazer alguma coisa nessa direção. Essas mudanças foram feitas na semana passada. Vamos voltar ao que era antes para reduzir esse atrito de transição e poder tomar decisões mais rapidamente.

Valor: *Como está a situação interna do banco?*

Dyogo: O BNDES é banco muito bem organizado do ponto de vista institucional. Tem todos sistemas de controle. O que está acontecendo é que o banco está sofrido, com todos esses processos de auditoria, de investigação. A gente precisa dar confiança para os técnicos, dar apoio para voltarem a trabalhar normalmente. Hoje o banco está sobressaltado. O fato é que à medida que a gente conseguir fazer um trabalho dentro do banco, deixar o banco mais tranquilo para operar, naturalmente volta a ser mais rápido, mais dinâmico.

Valor: *Já existe alguma coisa estruturada em termos de produtos novos para o banco. No governo já há discussões há algumas semanas...*

Dyogo: Não tem nada preparado ainda, porque a origem dessas coisas tem que ser o próprio banco, que,

conhecidas suas condições, suas forças, deve propor novidades que melhorem sua atuação.

Valor: *O governo terá que fazer um pedido de crédito especial ou suplementar ao Congresso Nacional para financiar despesas e cumprir a regra de ouro fiscal?*

Dyogo: Acho que esse é o caminho mais regulamentar. Está previsto na Constituição. É mais fácil a gente seguir esse caminho.

Valor: *O problema é que, quando enviar a proposta orçamentária, o governo terá que demonstrar que a "regra de ouro" estará sendo cumprida em 2019.*

Dyogo: É, tem uma certa dificuldade técnica e jurídica aí, mas está sendo discutida ainda. Eu acho que é sempre melhor a gente seguir o caminho da legislação que já está aí. Se a Constituição fala do crédito, é só seguir.

Valor: *Por que o governo não pede um crédito suplementar neste ano, deixando o dinheiro do BNDES para 2019?*

Dyogo: Você tem que aprovar o crédito. E isso tem um custo. O problema não é do próximo ano. O problema é que nós teremos essa dificuldade [de cumprir a "regra de ouro"] todo ano. O próximo presidente resolve o problema de 2019 e resolve tudo logo, se ele quiser. Não tem razão de termos um desgaste político enorme para mexer em um negócio que, na verdade, este governo não precisa.





Valor: *Mas este governo tem que enviar a proposta orçamentária demonstrando que está cumprindo a regra em 2019.*

Dyogo: Sim. A proposta será enviada cumprindo plenamente todas as regras. O que estou dizendo que este governo não precisa fazer é mexer na "regra de ouro". Ele tem como cumprir neste ano. O próximo vai ter a opção de mexer na "regra de ouro" ou aprovar o crédito previsto na Constituição. Algumas questões jurídicas ainda estão sendo analisadas. Mas a proposta orçamentária vai trazer o dispositivo prevendo a maneira de enquadrar na "regra de ouro" em 2019. Ou o crédito, ou qualquer outra alternativa.

Valor: *Já estará na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)?*

Dyogo: Isso estará na LDO e na proposta orçamentária. Em suma, não vamos deixar o próximo governo chegar aqui e dizer: e agora? Já vai estar tudo organizado, com um script bem definido de como proceder.

Valor: *O senhor falou de alternativa ao crédito. O que seria?*

Dyogo: Outras coisas que poderão ser adotadas. O pessoal está discutindo bastante isso.

Valor: *Como foi a escolha do Esteves Colnago para o seu lugar, quando a gente sabe que o ministro Henrique Meirelles trabalhou pelo Mansueto Almeida?*

Dyogo: A decisão foi do presidente. Eu sugeri o nome do Esteves, o presidente já conhecia, porque ele era secretário-executivo, ele aceitou, acho que foi uma boa decisão, porque dá esse senso de continuidade das coisas. O Esteves é um cara muito técnico, low profile, mas que esteve nas coisas mais importantes que aconteceram na economia brasileira nos últimos 20 anos. Esteve na alienação financeira, trabalhou na equipe do Marcos Lisboa na agenda microeconômica, fez crédito consignado, medidas de mercado de capitais, letra financeira, é um cara tecnicamente muito bem formado e, do ponto de vista ético, irreparável.

Medidas fiscais não avançam, e governo pode perder R\$ 39 bi

Vetos foram derrubados, e propostas têm votação emperrada no Congresso

MARTHABECKE BÁRBARA
NASCIMENTO

-BRASÍLIA- A perda de mais de R\$ 17 bilhões para os cofres públicos decorrente da derrubada dos vetos para o Refis das micro e pequenas empresas (R\$ 7,5 bilhões em 15 anos) e para o Funrural (R\$ 10 bilhões em 2018) ficará ainda maior.

Isso porque medidas fiscais importantes apresentadas pela equipe econômica para reequilibrar as contas do governo perderão a validade nos próximos dias sem terem sido votadas pelo Congresso.

Tanto a medida provisória (MP) que adia o reajuste do funcionalismo quanto a que aumenta a tributação de fundos exclusivos vencem no próximo dia 8 sem qualquer perspectiva de apreciação pelos parlamentares. Juntas, as duas dariam um ganho fiscal de R\$ 12,6 bilhões em 2018 e 2019. Assim, sem elas, a perda total fica em R\$ 30 bilhões.

E o problema não para por aí. Ainda há perspectiva de não votação do projeto que reonera a folha de pagamento das empresas, que envolve ganho de R\$ 8,9 bilhões para os cofres públicos (entre

aumento de receitas e diminuição de gastos).

O relator, deputado Orlando Silva, disse ao GLOBO que a equipe econômica tem mostrado pouco empenho em fazer a proposta avançar. Segundo ele, da forma como está hoje, o projeto teria condições de ser aprovado, mas não há movimentação para que isso ocorra. Assim, o número da perda poderia subir para R\$ 39 bilhões.

— O governo está sem foco. O ministro Meirelles (Henrique Meirelles, titular da Fazenda, que deixará o cargo para se candidatar) está focado nas eleições, e o Planalto está focado no governo de transição. Eles dizem que o projeto é uma prioridade, mas não agem como se fosse — disse o relator. A MP que modifica a tributação dos fundos exclusivos chegou a ser aprovada na comissão especial que analisava o assunto, mas teve o texto desidratado.

Assim, mesmo que houvesse tempo hábil de aprová-la nos plenários da Câmara e do Senado, a arrecadação de R\$ 6 bilhões prevista não valeria para 2018. Isso porque os parlamentares retiraram o efeito retroativo da medida, fazendo com que a mudança na tributação só valha para rendimentos a partir de 2019.

A intenção do governo era

reverter os itens modificados em plenário, mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já sinalizou que não vai pautar a matéria por falta de acordo e que ela deve caducar.

MP DO REAJUSTE DOS SERVIDORES CADUCA DIA 8

A MP que adia o reajuste dos servidores do Executivo, que caduca no dia 8, está em situação ainda mais delicada. A medida adia os aumentos salariais de 2018 para 2019 e de 2019 para 2020, o que geraria uma economia de R\$ R\$ 4,4 bilhões neste ano.

Além disso, a MP aumenta a contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para 14% para quem ganha acima de R\$ 5 mil, com impacto de R\$ 2,2 bilhões na receita. O governo já sabia que pautas que envolvem o funcionalismo são de difícil tramitação, mas foi pego de surpresa por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo todos os efeitos da MP. Com isso, o reajuste deste ano já foi aplicado aos salários em janeiro.

Um levantamento feito pelo pesquisador do Ibre-FGV, Manoel Pires, mostra que o índice de aprovação de medidas provisórias está no menor patamar dos últimos 10 anos. Em 2008, o governo encaminhou ao Congresso 40 MPs, sendo que 87,5% das propostas





foram aprovadas. Essa média chegou a 88,9% em 2009.

A partir daí, a taxa foi caindo gradualmente, chegando a 33,3% para as MPs apresentadas em 2017. De acordo com o trabalho, foram editadas 51 MPs em 2017. Deste total, 17 foram convertidas em lei, três foram revogadas, e 14 já caducaram. Outras 17 medidas ainda estão em tramitação, mas três delas também devem perder a validade.

Além da tributação dos fundos exclusivos e do adiamento do reajuste dos servidores, o governo deve deixar caducar a medida provisória que faz ajustes na reforma trabalhista. Segundo Pires, o baixo índice de aprovação de MPs é, em parte, efeito do enfraquecimento do presidente Michel Temer, que ficou refém dos parlamentares para tentar aprovar a reforma da Previdência e para se livrar de denúncias de corrupção apresentadas pela Procuradoria-Geral da República.

Mas existe nesse resultado também o efeito de uma mudança na forma de tramitação de MPs determinada STF em 2013. O Supremo tornou obrigatória a criação de comissões para analisar o conteúdo de MPs e impediu a inclusão de matérias alheias ao tema original.





PERDAS DO GOVERNO

JÁ OCORRIDAS

R\$ 17,5 bilhões



R\$ 10 bilhões*

Vetos ao
Funrural

R\$ 7,5 bilhões**

Veto ao Refis
de micro e
pequenas
empresas

QUE PODEM SE CONFIRMAR

R\$ 21,5 bilhões



R\$ 6 bilhões***

Queda da MP
que tributa
fundos
exclusivos

R\$ 6,6 bilhões*

Queda da MP que
adia o reajuste e
eleva a contribuição
previdenciária dos
servidores

R\$ 8,9 bilhões*

Não votação do
projeto de
reoneração da
folha de
pagamento

TOTAL R\$ 39 bilhões

*Em 2018 **Em 15 anos ***Em 2019

Editoria de Arte

Kassab desiste de ser vice de Doria e fica à frente das Comunicações

TALITA FERNANDES
DE BRASÍLIA

O ministro das Comunicações, Gilberto Kassab (PSD), anunciou nesta quarta (4) que não deixará o comando da pasta para disputar as eleições de outubro. “Eu não deixo o governo”, disse o ministro ao ser questionado se sairia da pasta até o fim da semana para concorrer às eleições.

A declaração foi feita após a participação em evento no Palácio do Planalto para sanção da flexibilização do Programa Voz do Brasil.

Kassab era cotado para ser vice de João Doria (PSDB) ao governo de São Paulo. O tucano deixa esta semana a prefeitura da capital paulista para disputar o Palácio dos Bandeirantes. Para o posto de vice na chapa encabeçada por Doria, Kassab deve indicar Alda Marco Antônio (PSD), que foi sua vice quando ele era prefeito de São Paulo.

Os ocupantes de cargos no Executivo precisam se desvincular até a próxima sexta-feira (6), de acordo com as regras eleitorais, que exigem a saída em até seis meses antes da disputa, caso queiram ser candidatos.

Até o momento, dois ministros já deixaram a Esplanada com o objetivo de disputar eleições. Maurício Quintella deixou o Ministério dos Transportes para concorrer ao Senado por Alagoas. Em seu lugar, assumiu Valter Casimiro, que era diretor do Dnit. Outro que já deixou a Esplanada foi Ricardo Barros, que entregou a Saúde para tentar se reeleger à Câmara. A previsão é de que até sexta outros oito ministros deixem seus cargos.

Confirmada a saída de Henrique Meirelles da Fazenda,

ainda esta semana Temer dará posse a uma nova equipe econômica. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, assumirá a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento. O atual secretário-executivo da pasta, Esteves Colnago, será promovido ao posto de ministro do Planejamento.

O comando do BNDES foi deixado por Paulo Rabello de Castro, que será candidato à Presidência. Já Meirelles deve ser substituído por seu secretário-executivo, Eduardo Guardia.

Marcos Corrêa/Presidência da República



O ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, do PSD

TCU exige que União adote nova legislação trabalhista

Medida se aplica aos contratos de terceirização na administração pública

Despacho do órgão, que busca economia, prevê que o governo deixe de pagar o dobro nos feriados, por exemplo

JULIO WIZIACK - DE BRASÍLIA

Antecipando-se à Justiça do Trabalho, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas passou a exigir o cumprimento da nova legislação trabalhista nos contratos da administração pública federal de terceirização de mão de obra.

"A nova lei trabalhista foi regularmente aprovada pelo Congresso e se encontra em pleno vigor", disse Dantas à Folha. "A menos que o STF declare a inconstitucionalidade da norma, ao TCU compete exigir de todos os órgãos federais que se adaptem à nova legislação."

Motivado por uma representação do Poder Judiciário, o ministro assinou um despacho na última terça-feira (27) determinando que a União deixe de pagar em dobro para quem trabalha em feriados e também pelo adicional nas prorrogações de trabalho noturno àqueles com jornada entre 12 horas seguidas de 36 horas de descanso.

Os valores deverão ser abatidos dos contratos vigentes. A decisão só não valerá para os casos em que houver convenção coletiva de trabalho das categorias envolvidas.

No Tribunal Superior do Trabalho (TST) não há consenso nem sobre o rito a ser seguido para a revisão das súmulas (orientações gerais aplicadas em casos específicos) o que, na prática, determinará de que forma a Justiça do Trabalho aplicará a nova legislação trabalhista.

Um dos pontos a serem discutidos é justamente o adicional por trabalho em feriados e em jornada intermitente.

No TST, há uma divisão entre os ministros que apoiam a flexibilização e aqueles que defendem os trabalhadores. O novo presidente, o ministro João Batista Brito Pereira, assumiu o cargo com a missão de pacificar essas divergências para que o tribunal possa decidir que rumo tomará diante da reforma trabalhista feita pelo presidente Michel Temer.

COBERTURA

A redação da nova legislação prevê que o pagamento dos respectivos adicionais depende de acerto entre as partes, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. Caso contrário, passa a ser facultativo.

Terão de seguir a decisão do TCU, a Secretaria de Gestão — que coordena a gestão de recursos logísticos do Poder executivo — e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, ambas do Ministério do Planejamento; a Advocacia-Geral da União (AGU); o Conselho Nacional





de Justiça (CNJ); o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); a Diretoria-Geral do Senado; a Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; e a Secretaria-Geral de Administração do TCU.

O ministro deu um prazo de 15 dias para que as secretarias informassem o TCU sobre as medidas tomadas para o ajuste dos contratos com prestadores terceirizados e os cálculos dos valores a mais que deixarão de ser pagos.

No despacho, o ministro disse que não é a primeira vez que o TCU toma uma decisão do gênero. Em 2007 e 2008, casos similares de

remuneração em contratos de mão de obra terceirizada também foram revistos. Em 2009, o TCU determinou o expurgo da CPMF de contratos com prestadores de serviços. Entre 2013 e 2014, a desoneração da folha de pagamento concedida dentro do programa Brasil Maior, da ex-presidente Dilma Rousseff, também levou à redução de valores.

No Poder Executivo, que concentra a maior parte dos gastos do Orçamento, a terceirização de mão de obra, como serviços de transporte e limpeza, consumiram R\$ 775,6 milhões, segundo o Ministério do Planejamento. Em 2016, foram R\$ 613,4 milhões.

AGU libera crédito garantido por fundos regionais

DA REUTERS- Estados e municípios poderão usar os recursos que recebem de seus respectivos fundos de participação como garantia para obtenção de empréstimos junto a bancos públicos, segundo parecer da Advocacia Geral da União (AGU) publicado nesta quarta-feira no Diário Oficial da União.

Em seu parecer, a AGU observa que, embora a Constituição vede de uma forma geral a vinculação de receitas de impostos, as receitas oriundas de fundos de participação de Estados e municípios não estão sujeitas a essa restrição.

A exclusão, segundo a AGU acontece porque os recursos dos fundos deixam de ser receita de impostos e passam a ser transferências intergovernamentais quando ingressam nos cofres de governos regionais.

"Desta forma, proibir o uso de tais verbas como garantia em operações de empréstimos ofenderia a autonomia político-administrativa dada pela Constituição aos entes federativos", disse a AGU em comunicado.

No parecer, a AGU destaca que, desta forma, é possível usar "suas

quotas nesses fundos do modo que melhor lhes aprouver, vinculando-as como garantia em seus negócios jurídicos, nos termos de prévia autorização legislativa, se assim corresponder às necessidades próprias e ao interesse público".

Segundo a AGU, o Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu a validade da vinculação de verbas de repartição constitucional de receitas e levantamento do Banco Central mostrou que a Caixa Econômica Federal raramente precisa acionar tal garantia.

"No ano passado, por exemplo, apenas de 3% a 4% do saldo devedor no âmbito das operações de crédito realizadas por Estados e municípios precisou ser pago desta forma", diz o comunicado emitido pela instituição.

A interpretação da AGU alimenta uma polêmica envolvendo a liberação de recursos da Caixa para estados e municípios. Em fevereiro, o conselho de administração do banco público suspendeu empréstimos concedidos a governos regionais que tinham como garantia receitas tributárias ou verba recebida via fundo de participação justamente por considerá-los inconstitucionais.